

SÃO LUIZ DO PARAITINGA:

O RIO E OS CENÁRIOS PÓS-ENCHENTES

RENATA RENDELUCCI ALLUCCI, PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
CAMPINAS, CAMPINAS, SÃO PAULO, BRASIL

Doutora em Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, com pós-doutorado pela Universidade de Sevilha. Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Graduada em Desenho Industrial pela Universidade Mackenzie e Especialista em Bens Culturais: cultura, economia e gestão pela FGV/SP. Membro do grupo de pesquisa Patrimônio, Políticas de Preservação e Gestão Territorial (PUC-Campinas) e da Rede AppLab - Laboratório Americano das Paisagens Históricas da Produção.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7426-9884>

E-mail: alluccirenata@gmail.com

MARIA CRISTINA DA SILVA SCHICCHI, PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
CAMPINAS, CAMPINAS, SÃO PAULO, BRASIL

Professora titular e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Doutora pela Universidade de São Paulo, pós-doutora pela Universidad de Sevilla. É líder do grupo de pesquisa Patrimônio, Políticas de Preservação e Gestão Territorial; membro fundadora da rede Laboratorio Americano de los Paisajes Históricos de la Producción (APPLab); membro associada do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS-BRASIL), da Association of Critical Heritage Studies e membro fundadora da Associação Ibero-Americana de História Urbana.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4267-2601>

E-mail: cristina.schicchi@puc-campinas.edu.br

DOI

<https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v19i37p35-61>

RECEBIDO

29/10/2023

APROVADO

03/06/2024

SÃO LUIZ DO PARAITINGA: O RIO E OS CENÁRIOS PÓS-ENCHENTES

RENATA RENDELUCCI ALLUCCI, MARIA CRISTINA DA SILVA SCHICCHI

RESUMO

A cidade de São Luiz do Paraitinga teve uma trajetória singular em relação ao contexto das cidades da região do Vale do Paraíba, no estado de São Paulo. Desde a fundação do povoado e do planejamento de seu traçado, no século XVIII, por Morgado de Mateus, a cidade permaneceu à margem do desenvolvimento regional. A sua menor importância no circuito de produção de café permitiu a permanência de certas tradições locais, como a cultura caipira, o modo de vida rural e as festividades religiosas que até hoje são atrativos locais. Em 2010, uma inundação sem precedentes atingiu o Centro Histórico. Edificações construídas em pau-a-pique e taipa não resistiram à presença da água e ruíram, remanescendo edificações com danos parciais e totais. A reconstrução da cidade, assim como os tombamentos efetivados nos níveis estadual e federal, representam um caso singular entre similares brasileiros, o que justificou um estudo mais aprofundado. Os tombamentos, realizados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (Condephaat), em 1982, e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 2010, reiteraram a importância do centro da cidade, do seu conjunto arquitetônico e da sua paisagem por ter sido um dos primeiros núcleos fundacionais planejados. Porém, os contrastes sociais, culturais e econômicos existentes entre o Centro Histórico e outros bairros levantam a discussão sobre a efetividade dos tombamentos e sua gestão como Conjunto Histórico Paisagístico. Em 2022, o ciclo se reiniciou e uma inundação causou prejuízo novamente a pelo menos 120 construções. Diante deste fato, indaga-se sobre como preservar uma paisagem que se encontra, permanentemente, em situação de risco.

PALAVRAS-CHAVE

Paisagem. Tombamento. Enchentes urbanas.

SÃO LUIZ DO PARAITINGA: THE RIVER AND POST-FLOOD SCENARIOS

RENATA RENDELUCCI ALLUCCI, MARIA CRISTINA DA SILVA SCHICCHI

ABSTRACT

The city of São Luiz do Paraitinga has had a unique trajectory in relation to the context of cities in the Paraíba Valley region, in São Paulo, Brazil. Since the foundation of its settlement and the planning of its layout in the 18th century by Morgado de Mateus, the town has remained on the fringes of regional development, playing a less important role in the coffee production circuit, which has allowed certain local traditions to remain, such as the caipira culture, the rural way of life and the religious festivities that are still local attractions today. In 2010, an unprecedented flood swept through its historic center. Buildings made of wattle and daub were unable to withstand the water and collapsed, with partial and total damage remaining. The reconstruction of the city, as well as the landmarks listed at state and federal level, represent a unique case among similar Brazilian cases, which justified a more in-depth study. The 1982 Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado and 2010 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional registrations reiterated the importance of the city center, its architectural ensemble and its landscape, as it was one of the first planned foundations. However, the social, cultural and economic contrasts between the Historic Center and other neighborhoods in the city raise the question of the effectiveness of landmarks and their management as a Historic and Landscape Heritage. In 2022, the cycle restarted and a flood again caused damage to at least 120 buildings. Faced with this fact, the question arises of how to preserve a landscape that is permanently at risk.

KEYWORDS

Landscape. Heritage listing. Urban flooding.

1 INTRODUÇÃO

Nous allons nous consacrer ce jour au thème suivant: “vivre avec le risque”. [...] Vivre avec le risque, c’est peut-être adopter une autre façon de se comporter, se dire que la crise de toutes manières surviendra, prendre en compte ce futur et ces incertitudes pour mieux observer le présent et trouver des réponses à ces crises des grands fleuves. Le risque peut dès lors devenir un élément de la culture et du patrimoine. Et qui dit culture dit ouverture, aussi nous a-t-il paru intéressant d’interroger les cultures du monde sur les réponses dégagées par les populations aux problèmes posés par les fleuves (Hannequart, 2002, p.145)¹.

Em 2002, comemorando o 30.º aniversário da Convenção do Patrimônio Cultural da Unesco, a Universidade François-Rabelais de Tours promovia o evento Os Grandes Rios do Patrimônio Mundial: Da Crise à Cultura do Risco. O encontro, ao invés de adotar um tom catastrófico, propôs uma

¹ Hoje vamos nos dedicar ao seguinte tema: “conviver com o risco”. [...] Conviver com o risco talvez seja adotar outra forma de se comportar, dizer a si mesmo que a crise ocorrerá de qualquer maneira, levando em conta esse futuro e essas incertezas para melhor observar o presente e encontrar respostas para essas crises dos grandes rios. O risco pode, portanto, tornar-se um elemento da cultura e do patrimônio. E cultura significa abertura, por isso pareceu-nos interessante questionar as culturas do mundo sobre as respostas dadas pelas populações aos problemas colocados pelos rios (tradução livre das autoras).

reflexão e o compartilhamento de experiências sobre a cultura do risco, discutindo os perigos inevitáveis dos desastres e reconhecendo os grandes rios como lugares de memória e de vida. A realização do evento na região do Vale do Rio Loire também proporcionou a oportunidade de apresentar e discutir as ações de gestão do patrimônio relacionadas a essa paisagem formada pelo Rio Loire, a primeira a ser declarada Paisagem Cultural Viva pela Unesco, que em seus 280 quilômetros de extensão compreende duas regiões, quatro departamentos, seis aglomerações, 160 municípios e 11 países.

Naquele ano, a partir dos parâmetros dessa categoria de paisagem, que já tinha dez anos e contava com 28 sítios declarados em 14 países, discutiram-se formas de incluir os rios em uma nova categoria, especificamente relacionada aos cursos d'água, que se caracteriza por uma intrínseca relação entre o homem e a natureza. As inscrições sob o título de “paisagem cultural viva” referem-se a conjuntos que entrelaçam o ambiente natural, econômico e cultural e inscrevem-se, portanto, numa abordagem territorial, marcados por uma forte relação de identidade das populações locais com vetores de formação, como rios e vales, antigos caminhos, montanhas e orlas marítimas, ou todos eles associados. Assim, o evento culminou com a criação da Cátedra Unesco Rios e Patrimônio².

Como vários rios importantes do mundo, o Loire produziu enchentes e inundações constantes, como as de 1846, 1856, 1866 e 1910. Apesar da importância da região e da complexidade de seu ecossistema, com mais de 216 monumentos históricos localizados nas zonas de inundação, segundo Pommereau (2002), a relativa baixa frequência desses desastres provoca o rápido esquecimento dos acontecimentos, da mesma forma como ocorre em quase todas as cidades formadas ao longo de vales de rios, como a cidade de São Luiz do Paraitinga. Por isso, a discussão se centrou na “cultura do risco”, ou, como se afirma na epígrafe, em como viver com o risco. Tal atitude significa romper com a ideia de que as inundações são episódios excepcionais na história dos rios e garantir que sua memória permaneça ativa, não como algo negativo, mas como algo vivo. Para tal, é necessário, segundo Laidet (2002), o conhecimento da dinâmica natural do rio, da evolução permanente do leito, da dinâmica de erosão das encostas, mas

² Para mais informações acessar: <https://whc.unesco.org/en/activities/810>.

também aprender com os usos e práticas desse ambiente ao longo da história. E o território é o suporte para esta abordagem integrada que permite preservar e renovar ao mesmo tempo.

Para além de imprimir uma cultura do controle técnico de enchentes e inundações, é necessário pensar em formas mais amenas e includentes de intervenção. Neste sentido, viver com o risco significa reduzir vulnerabilidades sociais e promover a reversão da má percepção da ameaça que as águas representam. Há que se diferenciar a memória ou cultura do risco em distintas porções do território ou para diferentes grupos sociais – no meio rural e no urbano – e levar em conta que a construção dessa consciência passa necessariamente pela tomada de conhecimento desse risco, seja pela experiência ou informação, pelo julgamento de cada pessoa sobre sua relação com o risco e, finalmente, pela disposição em adaptar-se à cultura do risco (Valette, 2002), do ponto de vista objetivo, tendo em vista as consequências econômicas que estes desastres podem causar, por exemplo, para os comerciantes e os setores do turismo (Histórias..., 2010).

Como aponta Marchezini (2014, p.12), atualmente os desastres deixaram de ser interpretados somente como “má fortuna” ou “castigo” e passaram a ser controlados a partir de técnicas de poder, apoiadas por dispositivos e mecanismos para conduzi-los, ou através de uma “biopolítica do desastre”, em que os acontecimentos são racionalizados e impõem-se aparatos e discursos oficiais como intérpretes do sentimento coletivo. Estas providências acabam mascarando os fatos ocorridos durante o processo de salvamento e resgate da população em meio aos desastres.

Um episódio importante ilustra esse processo em São Luiz do Paraitinga na virada do ano de 2009 para 2010, quando a cidade foi alvo de uma grande enchente (Figura 1). Como a inundação foi muito rápida e a cidade não estava preparada para socorrer a quantidade de pessoas que precisavam deixar suas casas em meio ao aumento do nível da água, os praticantes e monitores de *rafting*, esporte bastante explorado no ecoturismo local, tomaram a frente do problema e com seus botes infláveis iniciaram uma operação de socorro, com mais agilidade e rapidez do que a própria defesa civil, dada a dificuldade de acesso à cidade pelas equipes. O conhecimento e a familiaridade que os esportistas tinham com a cidade e principalmente com o rio, possibilitaram que o resgate continuasse durante

a noite e a madrugada. Conforme aponta o autor:

(...) localmente difundiram-se histórias de que todos foram salvos graças ao trabalho dos “anjos do rafting”. Anjos do *rafting* é a expressão do contradiscurso dos luizenses diante dos discursos do Outro que buscaram lhe impor a figura de “vítimas”, nos muitos discursos de vitimização, de necessidade e de salvação que tomaram concretude nos meios de comunicação oficiais, nas falas dos agentes de emergência, dos oficiais do Corpo de Bombeiros, Policiais Militares, Forças Armadas etc. (Marchezini, 2014, p.75).

A situação, segundo o autor, acabou por reverter a imagem negativa que alguns moradores tinham dos praticantes e instrutores de *rafting* como pessoas pouco envolvidas com a cidade, pois este trabalho é voltado aos turistas. Atualmente, o *site* oficial de São Luiz do Paraitinga apresenta o episódio como parte da história da cidade³, e em 2019 foi inaugurado um monumento aos *Anjos do Rafting* (figuras 1 e 2) (São Luiz [...], 2019).

FIGURA 1

Monumento em homenagem aos Anjos do Rafting. Fotografia: Renata Allucci, 2020.



³ Para mais informações acesse: <https://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/cidade/historia/anjos-e-herois-do-rafting-10733> .

FIGURA 2

Totem demarcando os níveis atingidos pelas enchentes do rio. Fotografia: Renata Allucci, 2020.



Este é um dos exemplos em que foi possível uma atitude positiva em relação às “memórias difíceis” (Pollak, 1989) dos moradores, com o reconhecimento e legitimação dos praticantes do esporte como eméritos luizenses e a criação de mais um “lugar de memória” (Nora, 1993). Entretanto, essa tendência à reificação dos fatos, como já discutido em trabalho anterior (Allucci, 2020), é uma característica cultural da cidade. Neste artigo, além da apresentação da questão das enchentes dos rios como uma questão do âmbito cultural e não somente como parte da discussão sobre desastres, é uma possibilidade de refletir sobre a memória e a educação como estratégias para soluções preventivas permanentes, evitando o comportamento cíclico em relação à questão em que apenas se registram os grandes eventos, sucedidos por medidas de mitigação, seguidas por um processo de esquecimento.

Desta forma, inicia-se com a relação que se estabelece entre as inundações e a cultura do risco como parte do cotidiano, das narrativas e dos imaginários sociais da população luizense, que transbordam para manifestações da cultura popular local; sobre como o rio foi um divisor

de territórios do antes e depois da enchente, com novos conjuntos habitacionais construídos para além rio, em áreas antes desocupadas e com soluções pouco adaptadas à leitura da paisagem local (Allucci; Schicchi, 2020). Em seguida, procura-se desenvolver uma linha do tempo sobre os diversos episódios de inundações, entrelaçados pela discussão crítica sobre medidas de proteção ao patrimônio edificado restritas ao perímetro do centro histórico, que limitaram o entendimento do rio e da paisagem como parte da ambiência dos patrimônios tombados. Por isso, na última parte, o artigo dedica-se a refletir sobre o rio como um bem comum, sob o ponto de vista da importância do envolvimento da população em ações educativas e de gestão ativa que considerem a não dissociação entre os patrimônios material e imaterial na construção das memórias no tempo presente, para pensar o futuro.

2 INUNDAÇÕES, IMAGINÁRIOS E A CULTURA DO RISCO

A raiz da palavra “desastre” vem do latim “*aster*” que significa “das estrelas”; e ‘*dis*’ significa ‘mal ou infortúnio’. Nos tempos antigos, supunha-se que as estrelas previam eventos impeditivos, incluindo eventos ruins. Então, os termos combinados implicam em que quando as estrelas estão em uma posição ruim, um evento ruim acontecerá. As inundações do Rio Nilo, no Egito, eram eventos tão importantes e cíclicos que eram usados para definir o calendário egípcio antigo. Outro imaginário local atribuía as enchentes às lágrimas de tristeza de Ísis por seu falecido marido e irmão, Osíris (Guo, 2016).

Em São Luiz do Paraitinga, algumas tradições locais permanecem presentes nas canções e nas narrativas memorialistas, como as lendas sobre a justiça implacável das águas do Rio Paraitinga. Duas lendas foram prontamente lembradas na inundação de 2010. A primeira remete aos mitos da água. Na versão luizense, uma moça pecadora caiu no Paraitinga, transformando-se na Cobra Grande. Ao ser hipnotizada por um pajé, a cobra tivera seu corpo preso dentro do rio, ficando a cabeça embaixo da Igreja da Matriz e a cauda, debaixo da Igreja do Rosário. O pajé dizia que, quando a cobra acordasse e chacoalhasse seu corpo, os casarões seriam destruídos ou danificados (Allucci, 2015). A segunda é a antiga lenda de um pároco que, para inibir os abusos das festas, principalmente no Carnaval, pregava que

uma grande enchente iria acabar com a cidade. Ditão Virgílio, cordelista, contador de histórias e mestre de cultura popular luizense fez, pouco tempo após a enchente, um longo poema em que narra todo o episódio:

O rio subia tanto / O povo ficou assustado
Chegou na escada da Igreja / O coreto ficou inundado
Pensando que ia parar / Tinha gente no sobrado
Mais a água foi tanta / Que subiu escadaria
Trincou a torre direita / E a Igreja invadia
A ponte lá da entrada / Nem a sua guarda via
Nesta hora um casarão / Onde funcionava uma escola
Deu um grande estouro / Desabou na mesma hora
A torre despedaçou / As águas a levou embora
Correndo pro alto do morro / O povo todo gritava
Somente de barco e bote / É que as pessoas se salvava
As águas cobrindo tudo / A enchente não parava [...]

Mas o rio já era motivo de versos em 1997 para Marco Rio Branco, escritor e compositor, em seu livro *Parahytinga SLD*. Também nas famosas marchinhas de Carnaval da cidade o rio aparece como protagonista, como as aqui transcritas, lançadas após a enchente.

Dessa vez eu não quero nem saber
Eu juro pra você
Nosso bloco vai pra rua
Há tanto tempo que não vejo o sol nascer
É chuva todo dia, temporal a toda hora
E o nosso rio que não para de encher
Já levou na correnteza a minha viola (*Chó chów*, de Galvão Frade)⁴

Peraí, peraí, paraí, Rio Paraitinga
Pode parar e vem ver mais um bloco de rua passar

⁴ Disponível em: https://open.spotify.com/track/6oOkXFdqQSyIQuvTR8ICXF?si=-fpD9DdBQSujv6ZmDbbSpA&utm_source=whatsapp. Acesso em: 24 ago.2022.

São Luiz mandou dizer pro carnaval não se acabar,
gente tem que se mexer, só o rio é que tem que parar
dar um tempo à fantasia, tudo de bom a rolar feito água de tão doce,
faz o rio assossegar (*Recado ao Rio*, de Maria Silvia Carvalhal)⁵

Portanto, aspectos culturais e religiosos também estão presentes no imaginário sobre os rios e são valores a serem considerados para a sua preservação.

Ao introduzir a publicação dos trabalhos apresentados no *V Seminário Itinerante Franco-Brasileiro: cidades e rios na história*, realizado em 2016, na região do Rio Araguaia (que atravessa quatro estados brasileiros: Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Pará), Vidal e Gandara (2016) apresentaram o exemplo do reconhecimento do Rio Whanganui pelo parlamento da Nova Zelândia. Considerado sagrado pelos Maoris, foi reconhecido como uma entidade viva e ganhou personalidade jurídica. Segundo o ministro da justiça do país, Chris Finlayson, os interesses do rio passariam a ser defendidos nos processos jurídicos por um advogado representando a tribo e um outro, o governo.

Assumir a cultura do risco é, em outras palavras, assumir a “cultura do rio”. Segundo Wantzen *et al.* (2016), essa abordagem pressupõe redefinir valores e prioridades na gestão da paisagem fluvial e viver no ritmo das águas, ou seja, adaptar as opções de manejo à dinâmica hidrológica ao invés de lutar contra ela. Os autores apontam que a crença acrítica em estruturas de retenção de água, como barragens e diques, resultou em enormes danos econômicos para a Alemanha, Áustria, República Tcheca, Hungria e Suíça durante as cheias das últimas duas décadas.

Isso vai ao encontro da polêmica sobre a construção de um muro de contenção como medida de prevenção das inundações do Rio Paraitinga (Muro [...], 2011), que exemplifica essa busca em criar soluções técnicas para problemas sociais complexos, privilegiando ações que possam ser definidas em nível administrativo (Marchezini, 2014). Como aponta Wantzen *et al.*,

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1xYyCZ7J2-I>. Acesso em: 24 ago.2022.

neste caso, o rio é tido como um ecossistema domesticável, onde a maioria dos projetos de recuperação é limitado a medidas de pequena escala, ao invés de se operar uma mudança estrutural na forma de lidar com a prevenção dos desastres (Moss, 2008 *apud* Wantzen *et al.*, 2016), como, por exemplo, atuar para a mudança no padrão de ocupação e loteamento de áreas nas cotas mais próximas do rio, como já apontado, pois isso implicaria o enfrentamento de setores imobiliários e proprietários de terra locais.

Em junho de 2010, o *Jornal da Reconstrução*, veículo fundado durante a inundação para informar moradores de São Luiz do Paraitinga sobre o andamento da reconstrução da cidade, reconhecia que

muitos dos problemas de São Luiz do Paraitinga, agora destacados pela superexposição da cidade devido à catástrofe causada pela enchente do início do ano, são consequência de décadas de ausência de planejamento urbano e da devida fiscalização por parte da administração pública. Um exemplo fácil de ser reconhecido é a situação de alguns núcleos urbanos constituídos de maneira irregular, em áreas de risco ou sem infraestrutura adequada (Áreas [...], 2010, p. 3).

Nessa mesma edição do *Jornal da Reconstrução* o artigo “Para a cidade conviver com o rio” relata que os projetos para a reconstrução levaram em conta o conceito de “cidade permeável”, que visa fazer com que a zona urbana conviva de forma harmônica com o Rio Paraitinga, precavendo-se de desastres futuros. O plano contempla a construção de equipamentos públicos que, além de servirem à população, ajudem no caso de ocorrência de uma enchente tão grave quanto a do início daquele ano (Para [...] 2010, p.1).

Se diversos problemas já existiam pela ocupação desordenada e muitas vezes ilegal de áreas de risco, a inundação trouxe um novo desafio: a remoção de famílias cujas residências foram arruinadas ou danificadas, que resistiam em deixar seus locais de origem. O caso mais emblemático foi a construção do Conjunto Residencial Casinha Branca, realizado pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), para onde muitas famílias foram levadas, cujas novas instalações causaram dificuldades de adaptação, entre outras, como analisa Moradei (2020, p. 137):

apesar do acompanhamento do serviço social municipal, oferecendo respaldo (abrigo, auxílio aluguel, alimentação, acompanhamento de saúde) às famílias durante o período de transição desde a enchente até o pós-ocupação do Conjunto, faltou um projeto social de engajamento para mediar tais conflitos.

Portanto, esse processo pós-desastre deveria se estender às ações de mitigação dos problemas sociais e à segurança permanente da população atingida, questões já analisadas em trabalho anterior (Allucci; Schicchi, 2019). A recuperação, que poderia ser o momento para se introduzir uma nova cultura em relação à valorização do construído e habitado – não apenas dentro do perímetro tombado – apostou em decisões técnicas convencionais (figuras 3 e 4) e na construção de conjuntos habitacionais e novas urbanizações, ao invés da reabilitação, adensamento e/ou melhoria de bairros já ocupados e carentes de infraestruturas básicas, ignorando reivindicações já presentes no Plano Diretor da Cidade de 2010, ano que se iniciou com a enchente.

FIGURA 3 e 4
Soluções técnicas convencionais de contenção das encostas do rio Paraitinga. Fotografia: Renata Allucci, 2020.



3 A CIDADE E O RIO: FORMAS DE OCUPAÇÃO E DESTRUIÇÃO

Localizada no Vale do Paraíba, no estado de São Paulo, São Luiz do Paraitinga está a 182 quilômetros da capital. Sua população foi estimada em 10.693 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021), com aproximadamente seis mil pessoas vivendo na área urbana. O município faz fronteira com Taubaté, Lagoinha, Cunha, Ubatuba, Natividade da Serra e Redenção da Serra. Sua área territorial é de 617.315 quilômetros quadrados, dividida em seis bairros na área urbana, 36 bairros na área rural e um distrito, Catuçaba.

Em 8 de maio de 1769, a povoação foi fundada oficialmente, recebendo o nome de São Luís e Santo Antônio do Paraitinga, sob o governo do Sargento Manuel Antônio de Carvalho. Foi instituída como vila em 31 de março de 1773 e sua elevação à categoria de cidade deu-se em 1857. A fundação e a urbanização de São Luiz do Paraitinga estão relacionadas com a administração da Capitania de São Paulo por Luiz Antônio de Souza Botelho e Mourão, o Morgado de Mateus (1765-1775). De 1773 a 1800, havia na cidade pequenas plantações de fumo e algodão e a produção de toucinho, escoados pelo porto de Parati. A partir de 1840, a economia local começa a ganhar alguma consistência com investimentos por parte de vários fazendeiros e sitiantes. O plantio de café, entre 1830 e 1840, também provocou um salto na economia luizense e entre 1870 e 1880 foi introduzida a plantação de algodão. Em 1875, foi instalada a primeira indústria têxtil, criada com a finalidade de produzir sacaria para o armazenamento e transporte de café. A criação de gado leiteiro, que teve seu auge entre 1950 e 1960, implicou na instalação de empresas como a Vigor Alimentos. Essa atividade econômica prevaleceu até o final da década de 1980 (Allucci, 2015).

No final dos anos de 1960, São Luiz do Paraitinga foi inserida na cultura do eucalipto para a produção da pasta de celulose, quando a Cia. Suzano de Papel e Celulose comprou, em 1968, suas primeiras áreas no município. Toledo (2012, p. 30) mostra que, como consequência dessa monocultura, vários registros de memória, principalmente da zona rural, tais como capelas, ermidas, santas cruzes, foram suprimidos. Nos anos 1980, a cidade se volta para o turismo, principalmente com a divulgação das manifestações culturais e religiosas identificadas com o modo de vida caipira, em especial no Carnaval e na Festa do Divino. O tombamento do Centro Histórico pelo

Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (Condephaat), em 1982, tinha essa perspectiva de recuperação econômica apoiada no turismo e no patrimônio edificado como recurso. Em 2002, essa vocação foi reiterada com a titulação de Estância Turística. Contudo, foi após a enchente de 2010, com a repercussão do desastre e as ações de reconstrução, que o turismo se consolidou como uma atividade econômica para a cidade.

Ou seja, a partir do momento em que sucessivamente os recursos utilizados deixaram de ser considerados “valiosos”, os territórios abandonados puderam facilmente ser transformados em formas de uso intensivo, muitas vezes insustentáveis (Wantzel, *et al.*, 2016), como foi, por exemplo, a introdução da plantação industrial de eucaliptos na cidade. Muitas formas de uso tradicionais foram abandonadas por não serem mais viáveis economicamente, algumas ligadas diretamente à presença do rio e seus recursos naturais. Outras foram mantidas para lazer ou nas festas, mas foram conservadas mais estaticamente e não acompanharam as mudanças culturais, como é o caso da produção de alguns alimentos que antes abasteciam outras regiões, ou mesmo a cachaça e outros produtos derivados da cana.

O Rio Paraitinga é de fundamental importância imaterial. Sua presença gera um sentimento de pertencimento aos luizenses e compõe com o mar de morros a paisagem valorizada e incluída no conjunto tombado. Ele atravessa e delimita a mancha urbana de São Luiz do Paraitinga no sentido Leste-Oeste e teve importância estrutural no seu crescimento, que foi direcionado em função do traçado do rio e da declividade dos morros que a cercam, como se vê na Figura 5 (Moura, 2011).

No processo de tombamento estadual, iniciado em 1969 e finalizado em 1982, o Paraitinga aparece como uma possibilidade de atração turística ao visitante, por prestar-se à pescaria e práticas esportivas (Condephaat, 1969). O órgão de preservação recomenda que o rio seja “objeto de estudos, sobretudo em seu trecho citadino” pois, mesmo não estando na área delimitada do tombamento estadual, “é um componente significativo na ambiência do conjunto arquitetônico da cidade” (Condephaat, 1982, p. 31).

Apenas após a enchente, no processo de tombamento em nível federal, o trecho urbano do rio que acompanha o núcleo histórico foi incluído no perímetro de preservação (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional, 2010). Conforme aponta Moreira (2015, p. 21):

A ostensiva ocupação da várzea, a presença de grande parte das estruturas edificadas dando costas para o rio, o lançamento de dejetos sobre suas águas sem maiores consequências individuais, coletivas e institucionais, as sucessivas perdas de bens pessoais da população ribeirinha com as cheias anuais do grande rio e de seus afluentes, dentre outras ações e eventos caracterizam, em grande medida, o entendimento da presença do Paraíba do Sul. Ao mesmo tempo, é dele que tratam as séries de cartões postais, os brasões e hinos de cada uma das cidades, os poemas, os marcos urbanos como as inúmeras pontes, dentre outras estruturas simbólicas e identitárias.

FIGURA 5

Vista da cidade de São Luiz do Paraitinga emoldurada à frente pelo rio Paraitinga e ao fundo pelo “mar de morros”, geomorfologia característica da cidade. Fotografia: Zé Assis, 2019.



Da mesma forma que ocorre com o Rio Paraíba do Sul, há ambiguidades na construção do imaginário sobre o Rio Paraitinga e sobre seu papel no desenvolvimento das localidades ao longo de seu leito, pois também se assistiu a uma ocupação desordenada de suas margens por loteamentos e vias públicas, que geraram perdas durante as enchentes e inundações e, ao

mesmo tempo, como apontado, o rio está presente nas marchinhas, poemas e, de forma mais geral, na literatura sobre a cidade.

O historiador luizense Judas Tadeu de Campos (2011) compilou alguns episódios relacionados às inundações na cidade. A primeira de que se tem registro, em janeiro de 1862, conforme apontado, provocou o desabamento de dois sobrados e de quatro casas térreas, de muros e cercas de taquara, além do abalo em estruturas de outras edificações, deixando diversos moradores desabrigados; causou também o desabamento do prédio público que abrigava a cadeia municipal, localizada no Largo da Forca, atual Praça Euclides Vaz de Campos.

Nos anos 1930, em uma das maiores cheias, a água chegou ao segundo degrau da Igreja Matriz. Em 1967 e em 1971, as águas subiram mais de seis metros. Entre 1967 e 1987, por quatro vezes a prefeitura decretou “estado de calamidade pública” motivado pelas águas. Em fevereiro de 1996, as águas chegaram à Praça Oswaldo Cruz, sendo até aquele momento, a inundaçãõ que causou mais prejuízos aos moradores. Marchezini aponta que apesar desta última ter sido uma das mais intensas, os governos nada fizeram para mudar o modelo de ocupação ao longo das margens do rio. Ao contrário, concentraram esforços em obter a declaração do município como uma estância turística do estado, o que ocorreu em 2002 (Marchezini, 2014). A Defesa Civil de São Luiz do Paraitinga (Comdec) apontou dois grandes eventos de inundaçãõ, em 2000 e em 2006. A Comdec também assinalou que, em menor proporçãõ, algumas cheias do rio alcançam, todos os anos, os quintais de casas de bairros como a Várzea dos Passarinhos, que fazem parte da Área de Preservaçãõ Permanente.

Na inundaçãõ de 2010, ocorrida nos primeiros dias de janeiro, fatores convergentes fizeram com que o rio Paraitinga transbordasse até atingir 14 metros acima de seu leito. Muitos edifícios localizados no Centro Histórico ficaram submersos e ruíram parcial ou totalmente, já que eram, em grande parte, construídos com técnicas tradicionais, como a taipa de pilão e o pau-a-pique. Porém, como apontam Bonini *et al.* (2020), no verão de 2009-2010 vários municípios localizados no Planalto de Paraitinga-Paraibuna foram atingidos pelas chuvas e inundações, ou seja, o fenômeno foi regional e provocou danos importantes para os centros urbanos, causados principalmente por escorregamentos. Esses danos, em geral, têm relação direta

com a forma de ocupação do território, o desmatamento de encostas e a urbanização de terrenos em áreas instáveis. Segundo Gonçalves e Silva (2020), 58% dos setores em risco na cidade de São Luiz do Paraitinga se referem a escorregamentos em encostas e 42% a riscos de solapamento de margens. Nessas áreas, 36% das 800 moradias consideradas com algum risco estavam em áreas sujeitas a escorregamentos e as outras 64% em áreas sujeitas a inundação.

De acordo com o relatório de Avaliação de Danos (Avadan), expedido pelo Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec), em 2010 foram destruídas 80 residências e uma edificação destinada ao ensino público e foram danificadas 146 residências, três edificações públicas destinadas ao atendimento público de saúde e três edificações destinadas ao ensino público; 5.050 pessoas ficaram desalojadas, 95 pessoas desabrigadas e cerca de 11 mil pessoas, entre luizenses e visitantes, foram afetadas, além de danos e destruição em peças da infraestrutura pública, danos ambientais e prejuízos econômicos e sociais. Outro documento, o Relatório de Situação de São Luiz do Paraitinga, de autoria da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH), unidade técnica e executiva do Condephaat, mostra que 18 imóveis foram arruinados e 65 parcialmente arruinados, dentre os 426 imóveis listados pelo órgão estadual⁶.

Porém, após 12 anos e muitas ações propostas nos planos que ainda não foram implementadas, as inundações continuam em seu ciclo contínuo e, no distrito de Catuçaba, no ano de 2017, após uma inundação, foram identificadas 55 moradias atingidas, com 200 pessoas desalojadas (São Luiz do Paraitinga, 2021). Em fevereiro de 2022, o rio subiu cinco metros, na maior inundação ocorrida depois de 2010. De acordo com a Defesa Civil e o noticiado pela imprensa, cerca de 150 imóveis foram invadidos pelas águas e 30 famílias precisaram deixar suas casas durante a cheia (Defesa, 2011).

4 RIO E PATRIMÔNIO

A história da preservação patrimonial de São Luiz do Paraitinga é fruto de decisões políticas e econômicas, consolidadas em discursos técnicos;

⁶ Documentos de 2010, disponibilizados no site da prefeitura de São Luiz do Paraitinga: <https://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/cidade/ceresta/atuacao-emergencial-no-posenrente-12445>.

porém, envolve parte de sua população de uma forma inusual. De cidade “aparentemente desimportante” – nas palavras do engenheiro-arquiteto e pesquisador Luís Saia, (Saia; Trindade, 1977) – até sua valoração como exemplo de “cidade iluminista” brasileira, na acepção de Jaelson Trindade, historiador que continuou os estudos após a morte de Saia (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2010), São Luiz do Paraitinga tinha alguns exemplares de seu patrimônio arquitetônico tombados desde 1956, como a casa natal do médico sanitarista Oswaldo Cruz, tombada também pelo Condephaat em 1975, o imóvel n. 3 da Praça Oswaldo Cruz e a Capela das Mercês, ambos tombados em 1981.

Entretanto, a participação popular em questões patrimoniais se deu com maior visibilidade a partir do episódio da inundação de 2010. A queda de edificações emblemáticas, com destaque para a Capela das Mercês e a Igreja Matriz, suscitou comoção não apenas de luizenses e moradores, mas foi assunto nacional. Talvez devido ao grande apelo midiático, a cidade recebeu apoio e reforços de pessoas e de instituições em um curto espaço de tempo, comparado a outros eventos de igual proporção. No mesmo ano de 2010, a cidade foi tombada na esfera nacional como Conjunto Histórico e Paisagístico, ampliando o alcance do estudo do tombamento de seu centro histórico, iniciado havia três anos. Há quem compute a rapidez das ações à força da cultura popular que promove eventos na cidade, frequentados pelos moradores e aos quais comparecem milhares de turistas; ao casario colorido que atrai outros tantos; ao modo pacato e caipira de sua gente, perpetuado com orgulho, que mobiliza memórias de tempos passados, mesmo para aqueles que não os vivenciaram.

Componentes políticos tiveram peso nessas decisões. Em um ano eleitoral, o então governador do estado de São Paulo e futuro candidato à presidência, José Serra, estava alinhado com a prefeitura local, ambos do mesmo partido político (PSDB), o que favorecia o diálogo. Serra visitou a cidade e, frente aos microfones, exigiu sua rápida reconstrução. Os órgãos de preservação, em especial o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), passavam por um momento de reposicionamento, no qual se interessavam por novos tombamentos, dos quais Iguape e São Luiz

do Paraitinga foram exemplares ⁷.

Nesse cenário, em meio a reivindicações e à necessidade de retorno ao cotidiano, a cidade foi reconstruída, não obstante restem vazios e algumas soluções questionáveis, frutos de decisões justificadas pelo calor do momento, conforme apontado. O resultado da reconstrução, quando examinado com profundidade, deixa entrever necessidades explicitadas anteriormente que não foram contempladas, principalmente daqueles que precisaram deixar suas casas e de moradores de áreas envoltórias como, por exemplo, do bairro do Alto do Cruzeiro que, apesar da contiguidade com o Centro Histórico, não foi incluído nas discussões (Allucci; Schicchi, 2019). Porém, esse resultado é sustentado com determinação e exaltado como exemplo único de uma operação bem-sucedida.

Memórias e identidades, individuais e coletivas, foram amplamente celebradas, assim como a argumentação histórica que se apoiou nas características singulares do traçado e da implantação da cidade, as quais, vistas sob outro ângulo, revelaram a parcialidade do discurso oficial que amparou os processos das suas titulações, da sua preservação e da sua reconstrução e que se valeu de imaginários sociais e urbanos.

Conforme afirma Arrighi (2021), inundações podem afetar significativamente o patrimônio cultural com consequências que podem não ser facilmente reparadas, dada a unicidade do tipo de bem exposto, em especial, em centros históricos preservados. As perdas por inundações são tangíveis e intangíveis, uma vez que as comunidades dependem economicamente do patrimônio cultural material, além de outros simbólicos e afetivos, como é o caso de São Luiz do Paraitinga. Contudo, a dificuldade em se entender a complexidade sociocultural implícita na preservação de bens culturais, dada a excepcionalidade com que condições urbanísticas, sociais e políticas se imbricam, fazem com que a avaliação e a prevenção de risco de inundação raramente sejam adotadas plenamente.

5 PARA A GESTÃO DO RIO COMO “PATRIMÔNIO COMUM”

O Estatuto da Cidade, através do Plano Diretor, reafirma o planejamento

⁷ Trecho transcrito de entrevista realizada pelas autoras em 5 de julho de 2018, com Luiz Fernando de Almeida, presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) entre 2006 e 2012, no Instituto Pedra (SP).

urbano como competência municipal, incluída a proteção e preservação do patrimônio cultural; mas, ao mesmo tempo, é competência constitucional, federal ou estadual legislar sobre esse patrimônio, estabelecendo regras e restrições, especialmente por meio do tombamento (Fernandes; Alfonsin, 2010). Para Cymbalista (2010, p. 224), os municípios, no início do século XXI, tiveram seu “arcabouço de regulação do território transformado”, quando as práticas de preservação do patrimônio cultural viram-se inseridas nos seus planejamentos urbanos, “ainda que em diferentes graus e com diferentes enfoques”. As questões patrimoniais ainda suscitam dúvidas sobre como cumprir com as regras determinadas pelos órgãos de preservação, como arcar com os custos dessa patrimonialização, como lidar com os conflitos entre interesses públicos e privados. Em São Luiz do Paraitinga, o Plano Diretor, concluído em 2006, foi aprovado somente em 15 de dezembro de 2009. Uma de suas realizadoras, Cristiane Bittencourt, contou em entrevista que esperava que as festas passassem para dar continuidade aos trabalhos; a inundação, porém, fez com que ele fosse sancionado alguns dias após as águas baixarem, juntamente com dois decretos. Um deles tratava da criação de um núcleo para conduzir a reconstrução do patrimônio e as questões culturais da cidade; o outro, voltava-se às questões do planejamento, do meio ambiente, da bacia do Rio Paraíba e do Rio Paraitinga. Para Bittencourt, “São Luiz vai ser sempre uma cidade de risco, vai sempre estar nesse risco. Ela já está em risco, na curva do rio, literalmente”⁸.

A dificuldade de articulação entre competências foi apontada por Anna Beatriz Ayrosa Galvão, superintendente do Iphan São Paulo, em 2010⁹. Para ela, o trabalho do Iphan não consegue incorporar as questões urbanas, do planejamento ou do Plano Diretor, e nem teriam essa função, pois o laudo de preservação, ou mesmo o tombamento, não são capazes de controlá-las. No caso de São Luiz do Paraitinga seria necessária uma parceria do órgão de preservação federal com a prefeitura e, principalmente, um plano de gestão e ações de fiscalização.

Se existem dificuldades para gerir as questões mais básicas de

8 Trecho da entrevista realizada em 2 de setembro de 2019 com Cristiane Bittencourt, em Taubaté (SP), advogada e administradora pública, que atuou na Prefeitura de São Luiz do Paraitinga até 2012.

9 Trecho da entrevista realizada em 26 de abril de 2019 com Anna Beatriz Ayrosa Galvão, em São Paulo.

preservação e planejamento local, o que esperar em termos de governança, de forma que o rio e a cultura do risco sejam colocados no centro do planejamento local e regional? Ou de um aproveitamento do rio como um vetor de convergência cultural, de forma a conduzir a uma nova cultura de uso, de compartilhamento e de redução de riscos?

Quatro meses após a inundação, o Decreto Municipal n.º 38, de 7 de maio de 2010 (São Luiz do Paraitinga, 2010), que “Dispõe sobre a criação de Programas Municipais da Prefeitura Municipal da Estância Turística de São Luís do Paraitinga e dá outras providências”, criou o Programa de Educação Urbanística e Ambiental que, por sua vez, tinha como premissa “a educação urbanística e ambiental formal e informal, promovendo discussões na Rede Municipal de Ensino e nos meios comunitários a partir de audiências públicas, informativos e projetos de educação urbana e ambiental”. Contudo, não há menção ao rio nesses documentos de onde se possa emanar soluções positivas para os problemas.

Por outro lado, houve iniciativas importantes a partir da atuação de grupos e coletivos locais, como o projeto Roda D’Água¹⁰, proposto e gerido pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Akarui, criada em 2003. De acordo com a descrição do projeto, foi a inundação de 2010 que “revelou à Akarui a urgência em dialogar com a comunidade escolar sobre a importância da Bacia Hidrográfica do Rio Paraitinga e envolvê-la em sua conservação”. O processo histórico de ocupação e uso do solo, em especial a produção de café e a agropecuária, deixaram como resultado a degradação ambiental. Era necessária sua recuperação para aumentar a qualidade de vida dos moradores e para o desenvolvimento econômico da região.

A partir dessas premissas, o Roda D’Água entendeu que deveria desenvolver atividades formativas que tivessem a escola como espaço para difusão das informações e produção de conhecimentos sobre o rio. Tiveram como parceiros a Secretaria Municipal de Educação de São Luiz do Paraitinga e o Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo de Santa Virgínia (NSV). Durante a elaboração do projeto, 15 professores fizeram parte da formação e propuseram à equipe da Akarui fortalecer os trabalhos que já

¹⁰ Outras informações sobre o projeto Roda D’Água podem ser encontradas no site: <https://siteakarui.wixsite.com/rodadagua>.

estavam realizando em oito escolas do município.

Com atuação entre o final de 2018 e o início de 2022, o Roda D'Água colocou em pauta temáticas relacionadas ao rio e seus afluentes, em conversas realizadas nas escolas, em experiências pedagógicas de sensibilização e educação ambiental. Ao conhecer a Bacia Hidrográfica do Rio Paraitinga, especialmente na porção junto ao município de São Luiz do Paraitinga, o objetivo era o entendimento desse território como local de aprendizagem por meio da vivência e da interação. Para isso, realizaram 12 oficinas com professores, gestores e educadores ambientais, além de diversas atividades com alunos, pais, mães e a comunidade, como estudos do meio, produção de mapas, cartografia afetiva, pomar nas margens do rio, plantio de mudas e hortas urbanas, diagnósticos participativos, entre outras.

Ainda em 2010, em entrevista, o Diretor de Cultura e Turismo da cidade, Netto Campos, apontava para a falta de diálogo entre a cidade e o rio, que era apontado como vilão. Para Netto, deveria haver a valorização do rio e sua utilização para fins turísticos a partir da educação¹¹. Outro movimento neste sentido foi a criação da Semana Aziz Ab'Saber¹², luizense de nascimento, a qual, além de homenagem ao professor, tornou-se um espaço para o debate de questões referentes ao meio ambiente, estudos da paisagem e da geomorfologia.

6 CONCLUSÃO

Estas iniciativas vão ao encontro, em nível mundial, das iniciativas da Cátedra Unesco Rios e Patrimônio, fruto do Acordo de Cooperação França-Unesco, conforme apontado, que propõe apoiar o processo de desenvolvimento cultural dos rios para sua proteção e gestão, entendendo que há um interesse crescente na definição do rio como um bem comum, um recurso com múltiplos valores culturais, econômicos, ambientais e sociais.

Entretanto, mais do que recomendações, a iniciativa busca compartilhar questões comuns, como as apresentadas neste artigo, ou seja, como

¹¹ Trecho de entrevista realizada com Benedito Filadelfo Netto Campos, à época Diretor de Cultura e Turismo, no dia 4 de maio de 2019, em São Luiz do Paraitinga (SP).

¹² O evento acontece em outubro, mês de nascimento de Ab'Saber, desde 2017, em parceria com a Universidade de São Paulo. Mais informações em <https://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/noticias/comunicacao/semana-aziz-absaber-16997>.

preservar os recursos naturais do rio para as populações locais diante do risco de inundações? Como levar em conta a natureza frágil e inconstante desses ecossistemas no planejamento territorial de mais longo prazo? Como dar continuidade à criação de riqueza e valor social e principalmente tornar possível novas apropriações ao longo das margens do rio? Como podem ser recriados os vínculos entre as pessoas e os rios, após a experiência negativa de um desastre? São questões que, para além das providências administrativas locais tem a ver com o conhecimento e o envolvimento das formas de vida cotidiana das populações e grupos em estratégias de gestão ativa, que no caso de São Luiz do Paraitinga têm grande potencial, dado o histórico de iniciativas da própria população local em relação à preservação patrimonial e ambiental.

Sob outro aspecto, a implementação de procedimentos para a proteção de um conjunto patrimonial também dá origem a riscos que estão, direta ou indiretamente, ligados à eleição de um setor da cidade como privilegiado nas políticas e investimentos, como é o caso da definição de um perímetro tombado restrito às áreas de concentração de bens culturais materiais (Allucci; Schicchi, 2019).

Se, por um lado, o tombamento acarreta indiscutíveis aspectos positivos, cria pela “publicização” e, portanto, pela popularização, certas fragilidades, que afetam o valor imaterial ou mesmo o patrimônio cultural em causa; se a não conservação nos rouba a memória e as nossas raízes, por outro lado, a preservação pode esterilizar a criação e, portanto, a inovação. Por isso, tanto a memória dos fatos quanto a educação como forma de discussão de futuro devem ser consideradas na formulação de políticas de preservação, em especial de uma paisagem que se encontra permanentemente em situação de risco.

Ao ser definido um perímetro de preservação, os objetos patrimoniais se tornam também sujeitos a um desígnio, sendo o turismo muitas vezes a única opção adotada, mas não a única possível. São Luiz do Paraitinga é um celeiro de manifestações culturais e artísticas, possíveis geradoras de recursos para a região — além da prática do ecoturismo que utiliza o próprio Paraitinga como base — de forma a não depender apenas da economia gerada por sucessivos eventos programados ao longo do ano, que muitas vezes não têm a ver com as características locais. Isso pode

impactar na dinâmica de apropriação dos lugares e de inclusão de novas referências culturais e se converter em contrapartida ao efeito perverso de valorização de certas áreas em detrimento de outras geradas pelo turismo. Esses mesmos problemas podem advir de uma abordagem do rio como bem comum.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq pela Bolsa Produtividade em Pesquisa (Proc. 305078/2020-8).

Ao CNPq pela bolsa de pós-doutorado (Proc. 200717/2022-7).

REFERÊNCIAS

ALLUCCI, R. R. *Carnaval de São Luiz do Paraitinga: conflito entre isolamento e abertura da cidade*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

ALLUCCI, R. R. *São Luiz do Paraitinga: a construção de imaginários e os desígnios pós tombamentos*. 2020. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2020.

ALLUCCI, R. R.; SCHICCHI, M. C. S. São Luiz do Paraitinga: o imaginário fundacional e suas projeções. *Anais do Museu Paulista Nova Série*, v. 27, n. 15, p. 1-34, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672019v27e15>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/152267/156968>. Acesso em: 3 jul. 2024.

ALLUCCI, R. R.; SCHICCHI, M. C. S. São Luiz do Paraitinga: um patrimônio nacional e seus matizes locais. In: NEVES, L.R (org.) *Os dois lados da margem: textos de São Luiz do Paraitinga*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

ÁREAS de convivência. *Jornal da Reconstrução*, São Luiz do Paraitinga, ano 1, n. 9, p. 3, 2. quinzena jun. 2010. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/38557/9/18-jr-n9-para-a-cidade-conviver-com-o-rio.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2024.

ARRIGHI, C. A Global Scale Analysis of River Flood Risk of UNESCO World Heritage Sites. *Frontiers in Water*, v. 3, article 764459, p. 1-12, dec. 2021. Disponível em: www.frontiersin.org. Acesso em: 24 ago. 2022.

BONINI, J. E.; ROSS, J. L. S.; MARTINS, T.D.; VIEIRA, B. C. Escorregamentos rasos em São Luiz do Paraitinga (SP, Brasil) (2009-2010). *Physis Terrae*, v. 2, n. 2, p. 85-99, 2020. Disponível em: <https://revistas.uminho.pt/index.php/physisterrae/article/view/3076>. Acesso em: 18 jul. 2022.

CAMPOS, J. T. *A Imperial São Luiz do Paraitinga: história, educação e cultura*. 2. ed. Taubaté: Unitau, 2011

CYMBALISTA, R. A presença do patrimônio cultural nos planos diretores de municípios brasileiros. In: FERNANDES, E.; ALFONSIN, B. (Orgs.). *Revisitando o instituto do tombamento*. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

DEFESA civil mantém alerta após cheia do rio em São Luiz do Paraitinga. *g1 Vale do Paraíba e região*, 11 fev. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2022/02/11/defesa-civil-mantem-alerta-apos-cheia-do-rio-em-sao-luiz-do-paraitinga.ghtml>. Acesso em: 24 ago. 2022.

FERNANDES, E.; ALFONSIN, B. (Orgs.). *Revisitando o instituto do tombamento*. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

GONÇALVES, J. C.; SILVA, J. L. Prevenção de desastres hidrometeorológicos em São Luiz do Paraitinga/SP. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 6, n. 11, p. 90583-90596, nov. 2020. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/20264>. Acesso em: 15 ago. 2022.

GUO. Rongxing. Rivers, Cyclical Floods and Civilizations. *Researchgate.net*. DOI: 10.13140/RG.2.1.1386.9046. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305639882_Rivers_Cyclical_Floods_and_Civilizations. Acesso em: 18 jul. 2022.

HANNEQUART, I. Vivre avec le risque. Quelles réponses aux crises des grands fleuves? Les grands fleuves du patrimoine mondial: de la crise à la culture du risque. *In: UNIVERSITÉS Europeennes d'Été 2002*. Tours: Université François-Rabelais 2002.

HISTÓRIAS de superação do comércio". *Jornal da Reconstrução*, ano 1, p. 3, 1. quinzena, mar. 2010. Disponível em: https://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/site/wp-content/uploads/2012/02/jr_n1.pdf. Acesso em: 24 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. São Luiz do Paraitinga. Panorama. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-luiz-do-paraitinga/panorama>. Acesso em: 15 jul. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Dossiê São Luiz do Paraitinga*. São Paulo: Iphan, 2010.

LAIDET, M. Le nécessaire "patrimonialisation" du fleuve. Les grands fleuves du patrimoine mondial: de la crise à la culture du risque. *In: UNIVERSITÉS Europeennes d'Été 2002*. Tours: Université François-Rabelais 2002. p. 46-50.

MARCHEZINI, V. *Processos de recuperação em desastres: discursos e prática*. São Carlos: RiMa, 2014.

MORADEI, N. S. *Grande enchente de São Luiz do Paraitinga – 2010*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

MOREIRA, A. A. Rio Paraíba do Sul: presença, indução, recurso hídrico e patrimônio em quatro cidades fluminenses. *In: XVI ENANPUR. Espaço, Planejamento e Insurgências. Anais*, Belo Horizonte, 2015. p. 1-23.

MOURA, F. V. de. *São Luiz do Paraitinga: preservação do Centro Histórico e intervenção na Praça Dr. Oswaldo Cruz*. 2011. Dissertação (Mestrado profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SÃO LUIZ DO PARAITINGA. Decreto Municipal n. 121, de 15 de dezembro de 2021. Institui o Plano Municipal de Contingência, Proteção e Defesa Civil e dá outras providências. São Luiz do Paraitinga: Gabinete da prefeita, 2011. Disponível em: https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_30_o_1_27122021174608.pdf. Acesso em: 3 jul. 2024.

MURO de contenção, tema de discussão. *Jornal da Reconstrução*, São Luiz do Paraitinga, ano 1, n. 18., 1ª. quinzena mar. 2011.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, v. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 3 jul. 2024.

PARA a cidade conviver com o rio. *Jornal da Reconstrução*, São Luiz do Paraitinga, ano 1, n. 9, p. 1, 2ª. quinzena jun. 2010. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/38557/9/18-jr-n9-para-a-cidade-conviver-com-o-rio.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2024.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 3 jul. 2024.

POMMERAU, M. Les grands fleuves du patrimoine mondial: de la crise à la culture du risque. In: UNIVERSITÉS Eurepennes d'Été 2002. Tours: Université François-Rabelais 2002.

SÃO LUIZ DO PARAITINGA. Decreto Municipal n.º 38, de 07 de maio de 2010. Disponível em: www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br. Acesso em: 15 ago. 2022.

SAIA, L.; TRINDADE; J. B. *Publicação n. 2: São Luís do Paraitinga*. [São Paulo]: Condephaat, 1977.

SÃO Luiz inaugura monumento em homenagem aos “Anjos do Rafting”. *RMVALE*, 30 dez. 2019. Disponível em: <https://www.meon.com.br/noticias/rmvale/sao-luiz-inaugura-monumento-em-homenagem-aos-anjos-do-rafting>. Acesso em: 24 ago. 2022.

TOLEDO, M. H. S. O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: estudo de caso de São Luís do Paraitinga-SP. *Cadernos IHU ideias*, ano 10, n. 167, 2012.

VALETTE, J.P. Synthèse d'atelier: la culture du risqué en zone urbaine. Les grands fleuves du patrimoine mondial: de la crise à la culture du risque. In: UNIVERSITÉS Eurepennes d'Été 2002. Tours: Université François-Rabelais 2002.

VIDAL, L.; GANDARA, S. G. Cidades, rios e patrimônio. *Confins*, n. 31, 2017. DOI : <https://doi.org/10.4000/confins.12046> . Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/12046>. Acesso em: 12 ago. 2022.

WANTZEN, K. M.; BALLOUCHE, A.; LONGUET I.; BAO, I. River Culture: An eco-social approach to mitigate the biological and cultural diversity crisis in riverscapes. *Ecohydrology and Hydrobiology*, v. 16, n. 1, p. 7-18, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/290510137_River_Culture_An_eco-social_approach_to_mitigate_the_biological_and_cultural_diversity_crisis_in_riverscapes. Acesso em: 24 ago. 2022.

